



## INTRODUÇÃO AO N. 37 DA REVISTA *LANGAGES*

Michel Pêcheux

*Tradução de Fábio Ramos Barbosa Filho*<sup>1</sup>

Este volume não tem a pretensão de abranger todas as pesquisas que atualmente se identificam com o termo “discurso”. De fato, as que aqui estão reunidas se caracterizam, antes de tudo, por uma *concepção teórica comum* sobre as relações entre *língua* e *discurso*, concepção que pode ser resumida da seguinte forma:

1. O domínio da semântica não pode ser *concebido* como fazendo pura e simplesmente parte da linguística enquanto estudo científico da língua: a ideia de uma semântica intralinguística, assentada em uma lógica universal, a-histórica (objetiva ou subjetiva), não é apenas teoricamente discutível, mas também, como se verá (particularmente no texto de Paul Henry), a fonte de dificuldades linguísticas quase insuperáveis. Daí a necessidade de uma separação teórica entre *linguística* e *semântica discursiva*, isto é, determinada historicamente pelas relações ideológicas inerentes a uma formação social dada;
2. A linguística, como estudo científico da língua, é uma disciplina “relativamente autônoma” em relação à teoria e à análise do discurso: as sistematicidades fonológicas, morfológicas e, em certos aspectos, sintáticas são as condições materiais de *base* sobre as quais se desenvolvem os *processos discursivos*. Desse ponto de vista, aquilo que se designa como “língua” constitui, enquanto um invariante pressuposto por todas as condições possíveis de produção em um dado momento histórico, a *condição de possibilidade* do “discurso”. No entanto, é essencial acrescentar que a fronteira entre o linguístico e o discursivo está constantemente sendo questionada em toda prática discursiva, pois as “sistematicidades” mencionadas anteriormente (sobretudo as da sintaxe) não existem como um bloco homogêneo de regras organizadas como uma máquina lógica. É da própria essência da relação entre língua e discurso que as regras

---

<sup>1</sup> Doutor em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor de graduação no Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas e de pós-graduação em Letras na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Líder do grupo de pesquisa Discurso e Arquivo (DARQ). Presidente do Círculo de Estudos Linguísticos do Sul (CELSUL).

fonológicas, morfológicas e sintáticas sejam incessantemente objeto de sobrecargas, recobrimentos e apagamentos *parciais*. Isso significa que a semântica não é simplesmente exterior à teoria linguística e que esta não pode ser concebida como a teoria de uma sistematicidade lógica homogênea. Nessa perspectiva, a presença do sujeito-locutor face a si mesmo, no sentido do que ele enuncia, é um fato inexplicável do ponto de vista da pura sistematicidade (especialmente em uma teoria estritamente “sintática” da paráfrase). As teorias idealistas da “fala” e da “enunciação” se apropriaram dessa dificuldade para reproduzir seu mistério sob a forma de uma “teoria” que repete incessantemente que o sujeito está na origem do sentido que ele enuncia. Essas considerações nos levaram a esboçar uma teoria não-subjetiva daquilo que hoje se chama *enunciação*. As noções de reformulação, esquecimento e paráfrase discursiva desempenham aí uma função essencial, sem a qual permaneceria incompreensível a *ilusão* pela qual o sujeito está na origem do sentido que ele enuncia.

Esses diversos pontos são particularmente desenvolvidos no estudo de Michel Pêcheux e Catherine Fuchs, que trata especificamente dos problemas teóricos e metodológicos levantados pelo procedimento denominado *Análise Automática do Discurso* (AAD). Esse procedimento consiste, essencialmente, em generalizar a várias sequências pertencentes a condições de produção homogêneas, as operações que Zellig Harris propôs a propósito do texto *Millions can't be wrong* (“Discourse Analysis”, 1952, tradução francesa em *Langages*, nº 13). A discussão e as atualizações teóricas abordam primeiramente a relação entre condições de produção e teoria das ideologias. Expressamos aqui nossos agradecimentos a Jean-Pierre Poitou por seus comentários, alguns dos quais foram literalmente incorporados (cf. nota 1, p. 9). Quanto à repartição das responsabilidades teóricas implicadas no procedimento AAD (construção dos *corpora* e interpretação dos resultados, por um lado, e tratamento linguístico-discursivo, por outro), várias observações críticas, incluindo as de Pierre Le Goffic, que, infelizmente, não pudemos integrar neste volume, foram de grande utilidade para nós. O estudo aborda, em seguida, o problema da deslinearização linguística da sequência e levanta, assim, a questão das variações de autonomia que afetam as partes constituintes do “enunciado elementar” (semelhante ao “nú” [*noyau*] de Harris), enquanto representação linguística da “unidade de julgamento”. As dificuldades encontradas na realização prática dessa fase linguística da AAD suscitaram observações, em particular por parte de Claudine Haroche, Jean-Jacques Courtine e Christiane Kervadec, a quem

agradecemos. Esse trabalho teria sido impossível sem Catherine Fuchs, que, como linguista, contribuiu diretamente para a elaboração teórica dessa parte, especialmente na apresentação geral dos processos de enunciação (I, 2) e na discussão e perspectivas de transformação dessa fase (II, 2). A parte do estudo dedicada ao algoritmo que constrói as zonas de paráfrase discursiva inerentes a um *corpus* dado reflete as numerosas discussões com matemáticos (especialmente Mireille Lagarrigue e Philippe de Rouilhan). Lagarrigue está atualmente desenvolvendo, ampliando e reformulando a teoria matemática do dispositivo AAD. Além disso, duas versões iniciais do programa foram realizadas: uma em linguagem FORTRAN, por Philippe Duval, e outra em ALGOL, por Mireille Dupraz. Jacqueline Léon continua o trabalho de refinamento da versão FORTRAN. Também mencionamos as observações e sugestões de Mireille Dupraz e Claude Del Vigna, que pretendem examinar as condições matemáticas de fechamento de um *corpus* (cf. p. 51). A conclusão do estudo de Pêcheux e Fuchs trata da relação entre semântica fraca (ou seja, sem recorrer a considerações sobre a estrutura do mundo e do pensamento) e paráfrase discursiva, levando assim à questão da constituição discursiva dos referentes.

Essa questão, fundamental para a análise do discurso, na medida em que condiciona a análise dos grupos nominais, é abordada por Paul Henry por meio do problema da determinação. A noção de autonomia referencial é submetida a uma discussão crítica, na qual Henry demonstra que há um constante vaivém entre a *ordem das coisas e do pensamento* e a *ordem do discurso* (para usar os termos dos clássicos), um vaivém que simultaneamente estabelece e apaga um deslocamento incessante entre “pensamento” e “forma gramatical”, marcado, entre outras coisas, pelo fato de que as unidades lexicais podem mudar de categoria sintática. Henry é, assim, levado a estudar as dificuldades linguísticas decorrentes da “teoria das restrições de seleção” e também da análise correferencial. Ele realiza um exame detalhado das diferentes soluções que foram propostas no âmbito das gramáticas gerativas para explicar o funcionamento das construções relativas. Do ponto de vista terminológico, é importante destacar que a oposição entre o que às vezes se chama de relativa *restritiva* e *explicativa* (ou *descritiva*) foi designada aqui – e também no estudo de Almuth Grésillon – pelos termos *determinativa*, por um lado, e *apositiva*, por outro. Essa escolha visa evitar uma interpretação espontaneamente “conjuntista” [*ensembliste*], na qual a relativa determinativa restringiria dentro do conjunto dos seres *N* os *N'*, ou seja, os *N* **que...**, enquanto a relativa apositiva seria vista como uma descrição ou explicação de uma propriedade inerente aos seres *N* considerados. Toda a reflexão crítica de Henry concentra-se precisamente nos pressupostos

logicistas dessa concepção, à qual ele contrapõe o processo de *saturação*, por meio do qual ocorre a constituição discursiva do referente.

A pesquisa de Almuth Grésillon, que também trata do funcionamento da construção relativa, começa expondo e criticando as soluções até então adotadas na fase linguística do procedimento AAD. Todavia, não se trata de uma pesquisa de aplicação visando diretamente melhorar esse procedimento, mas sim de uma reflexão situada no campo da linguística geral. Almuth Grésillon busca explorar de maneira consistente as características que permitem diferenciar relativas *determinativas* e *apositivas*, dentro do que este volume designa como “autonomia relativa da língua”. Grésillon distingue, a esse respeito, dois tipos de características: em primeiro lugar, as marcas morfossintáticas combinadas ao antecedente e, em segundo lugar, os fenômenos de correferência inerentes à sequência textual. A aplicação desses critérios de reconhecimento (definidos, no caso, para o alemão) a uma série de orações relativas extraídas de um texto de Heinrich Heine permite demonstrar em que medida se exercem determinações puramente linguísticas sobre as construções relativas e, conseqüentemente, examinar a natureza da fronteira entre língua e discurso, no sentido em que relacionamos esses dois termos anteriormente: os casos que permaneceram linguisticamente indeterminados foram submetidos a um procedimento que busca dissociar, no nível discursivo, as duas interpretações possíveis por meio de duas reformulações da oração relativa inicial.

Concluimos destacando que, em relação a cada um dos três estudos que compõem este volume, buscamos assegurar que o leitor possa reconhecer, na especificidade de seus objetos, o que os conecta à perspectiva geral que acabamos de delinear.

**Recebido em:** 16/11/2025; **Aceito em:** 22/11/2025.